

Alguns contornos do trabalho livre num espaço de economia agropastoril (Região das Missões, Rio Grande de São Pedro, meados do século XIX)¹

Leandro Goya Fontella²

Resumo: Neste texto busca-se discutir sobre os contornos assumidos pelo trabalho livre na economia agropastoril da Região das Missões, localizada na fronteira-oeste do Rio Grande de São Pedro, em meados do século XIX. Em documentos como relações de despesas contidas em inventários *post mortem* e noutros registros, em especial, numa espécie de censo agrário, se encontram valiosas informações sobre a presença de capatazes e peões livres nos estabelecimentos produtivos daquela região. A análise realizada revela um universo rural diversificado onde o emprego de peões livres ajusta-se ao calendário pastoril sul rio-grandense, o que, por sua vez interfere na remuneração dos peões os quais dividem-se entre permanentes e temporários. Ademais, a produção de pequena monta composta sobretudo por trabalho de caráter familiar não se situava à margem dos setores econômicos mais dinâmicos que articulavam a região ao complexo produtivo escravista do Brasil imperial.

Palavras-chave: trabalho rural livre - século XIX - Brasil meridional

Abstract: This paper seeks to raise a discussion about the outlines undertaken by free labor in the agri-pastoral economy of the Missões Region, located in the West border of Rio Grande do Sul, in the mid-19th century. In documents such as expenses reports contained in *post mortem* inventories and other reports, especially, in a kind of agricultural census, valuable information about the presence of free foremen and field hand workers in the productive establishments of that region can be found. The analysis conducted reveals a diversified rural universe where the labor of free field hand workers is adjusted to the pastoral calendar of the Southern region, which, on its turn, interfered in the payment of the field hand workers, who are divided between temporary and permanent workers. In addition to that, the production of small amounts, composed especially of family labor was not situated on the edge of more dynamic economic sectors that characterized the region to the slavery productive complex of imperial Brazil.

Keywords: free rural labor – 19th century – Southern Brazil

Introdução

O entendimento sobre a estruturação da força de trabalho nas regiões de economia agropastoril no Brasil meridional, assim como na região platina, passou por um importante redimensionamento nas últimas décadas. Tais espaços agrários que antes eram considerados como ambientes onde habitavam apenas poucos grandes estancieiros-chefes militares, donos de infindáveis rebanhos bovinos que se contavam aos milhares, e um contingente de peões livres que esporadicamente dividiam espaço com poucos escravos de ascendência africana,

¹ Trabalho apresentado nas VIII Jornadas do GT Mundos do Trabalho – ANPUH-RS: Histórias do Trabalho Escravo, Liberto e Livre e selecionado para integrar o Dossiê História do Trabalho da Revista Aedos.

² Doutorando em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: leandro-goya@hotmail.com.

passou a ser percebido como um universo socioeconômico e cultural significativamente mais diversificado.

Nas últimas décadas Helen Osório (2007) e Luís A. Farinatti (2010), inspirados pela historiografia platina³ perceberam que a estrutura da mão-de-obra dos maiores estabelecimentos produtivos sul rio-grandenses organizava-se a partir da presença de um núcleo de trabalhadores estáveis, composto por escravos e peões livres permanentes, que recebia o reforço de trabalhadores temporários nas épocas de pico das atividades pastoris. Helen Osório percebeu que o processo produtivo pecuário obedecia a um calendário de acordo com as estações do ano, e que haviam atividades permanentes e outras sazonais. O complexo processo de produção dos grandes estabelecimentos produtivos exigia que os produtores conjugassem um núcleo de trabalhadores estáveis e outro núcleo de temporários. Percebendo isso, Helen Osório concluiu que “nas grandes estâncias, os escravos campeiros, especializados, supriam as necessidades de mão-de-obra permanentes da atividade pecuária. Trabalhavam comandados por um capataz livre [...] e certamente acompanhados de peões livres, nos momentos de pico sazonal da atividade pecuária” (2007, p. 155). Por sua vez, Luís Augusto Farinatti corroborou tal ideia. Esse padrão, segundo estes autores, reiterava-se pelas grandes propriedades pecuaristas sul rio-grandenses e pelas regiões vizinhas do Prata.

Todavia, Farinatti avançou em relação a Osório. Ao analisar as raras documentações contábeis de algumas estâncias, ele percebeu que o núcleo de trabalhadores estáveis não era composto apenas por escravos. Segundo o autor haveria um núcleo estável de escravos campeiros, e os trabalhadores livres estariam dispostos em: peões mensais que ficavam por longo tempo e peões mensais que permaneciam apenas alguns meses. Essa situação impusera-se porque existira uma sazonalidade inerente às tarefas na produção pecuária. Em épocas de marcação e castração dos animais, que ocorreriam em duas ou três oportunidades por ano e duravam por volta de uma ou duas semanas, a demanda por braços multiplicava-se em até três vezes. Assim, se por um lado não se supria a demanda de trabalho só com cativos campeiros é porque isso resultaria na aquisição de muito mais escravos do que se precisaria no restante do tempo. Por outro, não se cobria a necessidade de trabalhadores do ano todo com peões livres porque “[...] não havia tantos homens dispostos a assalariar-se por um valor tão baixo permanecendo o ano inteiro. A oferta de trabalhadores livres não era tão ampla e regular, que

³ Entre outros: Garavaglia (1999); Gelman (1998). Para um levantamento historiográfico acerca da historiografia colonial platina (Uruguai e Argentina) ver: Osório (2007, p. 32-37). Merecem destaque também os estudos mais recentes de autores como Roberto Schmit (2008), Maria Inés Moraes (2012), Raúl Fradkin (2009), Daniel Santilli (2013), Julio Djenderedjian (2003; 2008).

pudesse permitir a substituição dos escravos campeiros por peões que ficavam por longo tempo, recebendo baixos salários” (2010, p. 380). O autor complementa seu argumento colocando que a maior parte dos trabalhadores livres não era despossuída de meios de produção e que, portanto, tinham alternativas de sobrevivência diversificada dentro de estratégias de pequena produção familiar. Neste contexto, o assalariamento temporário em grandes estabelecimentos pastoris insere-se, no mais das vezes, dentro de uma estratégia familiar mais ampla.

Neste texto procura-se contribuir com os estudos deste campo a partir da análise da composição assumida por algumas formas de trabalho livre na economia agropastoril da Região das Missões, localizada na fronteira-oeste do Rio Grande de São Pedro, em meados do século XIX. Para isso, examinaremos uma gama de documentos como as relações de despesas anexadas em inventários *post mortem* e outras fontes, em destaque, *Relação das estâncias que contém o termo de São Borja com as declarações dos nomes de seus proprietários, número de crias vacuns e cavallares que marcarão no anno de 1857, e as pessoas empregadas com capatazes e piães* (doravante, *Relação de 1857*),⁴ numa espécie de censo agrário onde estão contidas preciosas informações sobre a presença de capatazes e peões livres nos estabelecimentos produtivos da região das Missões. O texto está dividido em duas seções: na primeira averigua-se as dinâmicas do emprego de peões livres nas unidades produtivas de acordo com a sazonalidade da faina pastoril no Rio Grande de São Pedro; na segunda, concentra-se sobre alguns traços que delinearam o trabalho familiar e a produção de subsistência no espaço considerado.

I

No ano de 1857 o Presidente da Província solicitou às Câmaras de Vereadores dos municípios sul rio-grandenses que fizessem um levantamento listando todos os criadores de gado locais.⁵ Esta relação deveria discriminar, para cada criador, a quantidade de gado possuída, o número de reses marcadas no ano anterior e os trabalhadores livres e escravos empregados no costeiro do gado. De fato, poucos municípios responderam a solicitação do governo provincial e, em geral, o fizeram de forma bastante incompleta. Para São Borja, no entanto, a Relação foi feita com bastante esmero. O documento nos informa sobre o tipo de

⁴ Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRs.

⁵ Os esclarecimentos que faremos sobre esta fonte foram retirados de Farinatti (2003, p. 255 - 258).

mão de obra empregada no pastoreio. Ali consta o número de escravos envolvidos com a lida campeira, dado que com pouca frequência se encontra nos inventários *post mortem*, já que não foi muito comum discriminar a ocupação dos cativos por atividades: *roceiros*, *campeiros*, *domador*, *de todo o serviço*.

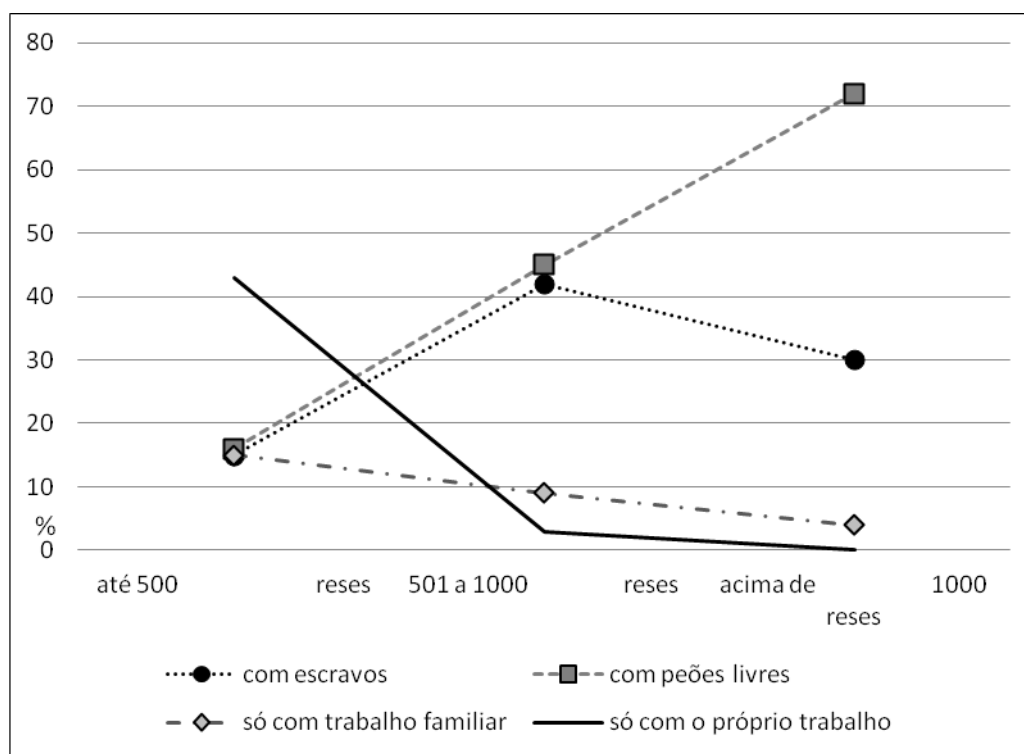
Da mesma forma que outras fontes históricas, as *Relações* também possuem suas limitações. Nela estão contempladas apenas as atividades pecuárias, sendo assim, não trazem informações sobre eventuais outras atividades produtivas que os criadores pudessem conjugar com o pastoreio (a agricultura de alimentos, por exemplo). Assim, no tocante à mão de obra, a fonte nada revela sobre os trabalhadores livres e/ou cativos envolvidos nas lidas agrícolas, como era o caso dos escravos roceiros. Outra possível fragilidade da *Relação* pode estar, a exemplo dos inventários *post mortem*, no risco de sobre representação dos criadores mais abastados. Contudo, cremos que a lista de criadores da Vila de São Borja tenha sido bastante realista do cenário pastoril da região, não ocorrendo privilégio aos maiores criadores em detrimento dos menores. Sendo assim, acreditamos que a *Relação* contemple grande parcela dos criadores da Vila, fornecendo-nos um quadro bastante informativo da atividade pecuária em cada região.

Luís A. Farinatti (2003) e Arlene Foletto (2003) fizeram uso da *Relação de 1857* da Vila de São Borja.⁶ Entretanto, enquanto esta levou em consideração apenas os criadores do 2º, 4º e 5º distritos, os quais a partir de 1859 passariam a fazer parte da Vila de São Patrício de Itaqui, aquele conjugou os dados da *Relação* de São Borja com as informações da *Relação* da localidade de Santa Maria da Boca do Monte. O tratamento que daremos à *Relação de 1857* da Vila de São Borja a partir daqui é, consideravelmente, distinto por algumas razões. Da *Relação* completa de 568 unidades criatórias, excluímos da análise 113 delas. Quatro produtores foram retirados por não possuírem gado *vacum*, outros dois por não especificarem o número de escravos empregados no costeiro do gado e, por fim, todos os 107 criadores do 2º distrito (São Patrício de Itaqui) foram retirados pelo motivo de que somente um destes 107 criadores discriminou os peões entre livres e escravos. Desse modo, nosso universo de análise consiste de 455 unidades criatórias, distribuídas entre o 1º, 3º, 4º e 5º distritos da Vila de São Borja. Na *Relação de 1857* constam valiosas informações sobre a presença de capatazes e peões livres nas unidades de criação. Para Luís A. Farinatti (2003), essa informação é bastante rara, tendo em vista que estes trabalhadores, não aparecem nos inventários *post-mortem* e poucos são os casos conhecidos, até hoje, de contas de estâncias que permitem avaliar sua

⁶ Paulo A. Zarth (2002) também já fez uso deste documento.

presença. O autor coloca ainda que os peões listados nas *Relações* faziam parte do núcleo de trabalhadores estáveis empregados na unidade produtiva, já que se sabe que trabalhadores eventuais eram contratados em determinados períodos do ano que marcavam os picos da atividade pastoril (como, por exemplo, as épocas da castração e da marcação). O documento aponta, ainda, os criadores que empregavam os filhos no trabalho com o gado, trazendo preciosas informações sobre o trabalho familiar rural. Na figura 1, expressamos as diferentes formas de organização laboral que se pode apreender na *Relação de 1857*, e as consideramos a partir da envergadura dos criadores.

Figura 1 – Tipo da mão-de-obra empregada na criação de acordo com a envergadura do criador (Vila de São Borja, 1857)



Fonte: *Relação de 1857*. Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS.

Podemos notar duas tendências de queda e duas de ascensão, embora a curva que se refere aos criadores *com escravos* apresente uma considerável variação no último intervalo. Não deixa de ser surpreendente que tenha sido no grupo dos *grandes criadores* que tenha se dado o maior desequilíbrio na diferença do emprego de peões cativos e livres, 72% dos grandes criadores empregavam peões livres, e só 30% deles empregavam escravos. Dos 42 criadores desta faixa, averiguamos que apenas 05 conjugaram o trabalho de peões livres com

o trabalho escravo, fato que torna esse desequilíbrio ainda mais representativo. Isso quer dizer que, boa parte dos *grandes criadores* quando empregava peões livres no costeio do gado não costumava possuir escravos campeiros. Assim, se levarmos em conta que escravos campeiros e peões livres listados na relação compunham o núcleo de trabalhadores permanentes nas lides pecuárias, parece que nas grandes unidades produtivas os peões livres eram preferidos para compor o quadro de campeiros estáveis.

O fato dos médios criadores recorrerem com maior frequência a escravos do que os grandes, e que estes preferissem os peões livres, talvez, esteja indicando que o custo de contratação destes fosse consideravelmente alto. Assim, os dados sugerem que teria sido difícil para pequenos e boa parte dos médios criadores arcar com as despesas de uma mão-de-obra instável e cara.⁷ Averiguando o gasto anual com salário de peões e o preço médio dos escravos em idade produtiva no ano de 1856, percebemos que o gasto anual com os vencimentos de um peão equivalia ao valor de 16 novilhos, enquanto que o preço médio de um escravo em idade produtiva correspondia a 73 novilhos.⁸ Em Alegrete, com o valor de 6 novilhos se mantinha um peão por todo o ano, e um escravo custava em torno de 63 novilhos (FARINATTI, 2010, p. 373).⁹ Portanto, na região das Missões, em meados da década de 1850, era consideravelmente caro para pequenos e médios produtores pagar salários a peões livres. Situação que seria contornada com relativa facilidade pelos grandes estancieiros que, além de empregarem peões livres, em boa medida também possuíam cativos empregados na faina pastoril.

Tendo em vista que proporcionalmente os médios criadores empregavam mais peões escravos do que os grandes criadores, parece-nos que para boa parte destes produtores medianos foi mais compensador investir em escravos do que contratar peões livres. Pelo parâmetro do preço médio dos novilhos, verificamos que o preço de um escravo em idade produtiva (73 novilhos) equivalia a somente quatro anos e meio de trabalho de um peão livre

⁷ Agradecemos a Prof^a. Helen Osório por ter me sugerido esta interpretação. Obviamente, que a responsabilidade pelo seu desenvolvimento, e seus eventuais equívocos, é inteiramente nossa.

⁸ Os cálculos do preço médio dos novilhos e dos escravos em idade produtiva foram realizados através do conjunto de processos de inventários *post-mortem* abertos na Vila de São Borja e no Distrito de São Patrício de Itaqui no ano de 1856. O valor pago mensalmente a peões estáveis foi obtido no inventário de Romualdo José Pinto. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1856, processo nº: 109, APERS.

⁹ No período de 1856 a 1857, os custos anuais com peões não foram muito diferentes em São Borja e Alegrete, enquanto nesta foi de 139\$200 (cento e trinta e nove mil e duzentos réis), naquela foi de 144\$000 (cento e quarenta e quatro mil réis). A grande diferença se deu no preço médio dos novilhos: em Alegrete, 24\$000 (vinte e quatro mil réis), era bastante superior do que o verificado para São Borja, 9\$200 (nove mil e duzentos réis). Esta evidência indica que a pecuária vacum desenvolvida na região da Campanha, em meados dos anos 1850, era bem mais rentável do que a que se estabeleceu na zona das Missões.

estável (16 novilhos por ano). Em Alegrete, entre 1856 e 1857, o preço de um cativo correspondia a mais de 10 anos de trabalho de um peão livre (FARINATTI, 2010, p. 373). Provavelmente, para um grande produtor com milhares de cabeça de gado contar com alguns peões livres estáveis seria acessível, pois não comprometeria importante parte de seu patrimônio. No entanto, para pequenos criadores que possuíam rebanhos que muitas vezes não chegavam a uma centena de reses, o gasto anual que equivalia a 16 novilhos (por peão contratado de forma estável) poderia comprometer boa parte do rendimento de seus modestos rebanhos.¹⁰ Assim, valeria mais a pena assegurar o trabalho estável com escravos, que agregavam ao patrimônio produtivo.

Além disso, os grandes estancieiros tinham um poder de barganha muito maior que os modestos criadores, e sem dúvida, o valor médio do salário de um peão era pautado pelos vencimentos pagos pelos grandes produtores, assim, se tornava ainda mais difícil a pequenos e médios criadores contratar um peão livre. Como verificou Farinatti, os grandes produtores negociavam com muitos peões para pagar-lhes parte de seus salários em mercadorias, condição que diminuía bastante os custos que tinham com os trabalhadores assalariados (2010, p. 383 – 392). Por este viés, pode-se considerar que o custo do trabalho de peões livres era pouco atrativo aos pequenos produtores, e também para boa parte dos médios.

Não por coincidência que as referências a pagamento de salários e jornais a peões aparecem quase que exclusivamente em relações de despesas anexadas em inventários *post-mortem* de grandes proprietários. As relações de despesas são, geralmente, pequenos documentos contábeis que acabam anexados aos inventários pelo inventariante para demonstrar como foram utilizados os bens do inventariado ao longo do processo de avaliação e partilha dos mesmos entre os herdeiros. Pelo que pudemos notar, elas são bem menos detalhadas do que as raras contas de estâncias. Enquanto que estas elucidam o movimento contábil de estabelecimentos pastoris ao longo de alguns anos, aquelas mostram despesas pontuais feitas pelo inventariante. Farinatti analisou algumas contas de estância e também destacou que eram documentos que se referiam à dinâmica produtiva e contábil de grandes produtores. Foi por meio do exame destes documentos que o autor reiterou que a

¹⁰ Segundo Helen Osório, os relatos de época dão conta de que a taxa de reprodução do rebanhos bovinos ficava entre 20 e 25% em condições normais. Mas o produtor só podia vender cerca de 10% do seu rebanho anualmente. Relembrando dos estancieiros informantes de Saint-Hilaire, a autora explica que: “4.000 reses produzem 1.000 (metade machos e metade fêmeas). Destas, 100 serão entregues para o pagamento do dízimo. Das 900 restantes, 50 machos morrerão. O estancieiro pode vender então 400 bois (10% do seu rebanho). O crescimento do rebanho é dado pelas 450 vacas novas, que representam um acréscimo de 11,3% do rebanho total. Por isso, este pode ser considerado o crescimento mínimo. Ele pode ser maior, se o estancieiro não consumir ou vender os bois em idade de abate, que é de quatro anos” (2007, p. 144 [nota 116]).

“combinação de trabalhadores escravos e livres era a estrutura, por excelência, das grandes estâncias do Rio Grande do Sul e das áreas vizinhas, do vice-reinado do Prata, ao longo do período colonial” (2010, p. 361).

Através de algumas relações de despesas também observamos esta estrutura de mão-de-obra. Em junho de 1835, Lourenço Antônio Rodrigues, inventariante de Maria Marta Cabral e Santiago Aquino, declarou despesas feitas com peões para o custeio de 2.020 reses, 164 animais cavalares e 600 ovelhas que haviam ficado no espólio dos ditos senhores.

Quadro 1 – Relação de despesas que fez o inventariante, Lourenço Antônio Rodrigues, com peões (1834)

Peões	Meses	Salário	Total
Miguel*	0,6 ^a	640	12.800
João da Cruz	2,5	4.800	12.000
Manoel	2,5	4.000	10.000
Izidro Aquino	4	4.000	16.000
Joaquim	4	4.800	19.200
Miguel*	8	5.000	40.000
Luiz	9,5	5.000	47.500
Pedro	9,5	5.000	47.500
Bernabel	10	5.000	50.000
Vicente Ajalla	14	5.000	75.000
João	26	5.000	130.000
Rufino	79	4.000	316.000
			9.600 ^b
Total		52.240	785.600
* Não pudemos saber se as duas referências a este nome se trata de dois ou somente de um sujeito. ^a “20 dias no tempo da Pátria”. ^b Pela “amançadura de 10 potros”, isto é, pela doma.			

Fonte: inventário de Maria Marta Cabral e Santiago Aquino. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1834, processo nº: 03, APERS.

Esta unidade produtiva empregou, em um espaço de tempo próximo de sete anos, 12 peões. Ao que parece, os produtores buscavam manter no mínimo três peões estáveis. Rufino ficou por 79 meses (6 anos e 7 meses), João esteve empregado por 26 meses (2 anos e 2 meses) e Vicente Ajalla trabalhou por 14 meses. Mais quatro peões ficaram entre 8 e 10 meses, outros quatro ficaram entre 2 e 4 meses e um ficou apenas 20 dias. Não há muita diferença nos valores pagos aos salários mensais, mas pela única tarefa que consta no demonstrativo se pode notar que as tarefas específicas, no caso a doma, eram bastante

valorizadas. Por domar 10 potros, Rufino recebeu quase o que ganhava em dois meses de trabalho. É interessante também a referência do tempo em que ficou um peão chamado Miguel, “20 dias no tempo da Pátria”. Muito provavelmente, o inventariante estivesse fazendo menção as proximidades do mês de setembro, que marcava o período de celebração da proclamação da independência do Império do Brasil em torno do dia 07 de setembro. Essa era uma das épocas do ano em que o volume do serviço aumentava muito e exigia que os produtores contratassem peões por poucos meses, por dia ou por tarefa. Segundo as instruções do Conde de Piratini ao seu novo capataz, haviam duas temporadas para a castração dos touros de três anos para cima, de abril a junho e de setembro a outubro (CESAR, 1978, p. 39).

Mas este estabelecimento produtivo contava ainda com dois escravos, ambos em idade produtiva, uma mulher de 38 anos e um homem de 20 anos. Este foi avaliado em 500\$000 (quinhentos mil réis) e não teve ocupação especificada. Mas caso não manejassem as lidas campeiras, muito provavelmente, trabalhasse na roça, já que, nos bens de raiz consta que havia “uma morada de casa com palha com lavouras e currais”. Portanto, tratava-se de uma unidade produtiva que conciliava trabalhadores livres e cativos, e entre os livres havia peões estáveis e temporários.

O valor médio de um escravo em idade produtiva em 1834 era de 388\$000 (trezentos e oitenta e oito mil réis). Se considerarmos o custo anual dos três peões estáveis, tem-se que se gastava com eles 168\$000 (cento e sessenta e oito mil réis), assim, o gasto anual médio com um peão estável era de 56\$000 (cinquenta e seis mil réis). O preço médio de um novilho nos inventários abertos na Vila de São Borja no ano de 1834 foi de 3\$473 (três mil quatrocentos e setenta e três réis). Portanto, para manter um peão estável assalariado por ano, se gastava em torno de 16 novilhos, já para adquirir um cativo em idade produtiva custava cerca de 112 novilhos. Em Alegrete, em 1832, o gasto anual com peões era de 11 novilhos, e para se adquirir um escravo jovem se gastava 71 novilhos (FARINATTI, 2010, p. 373). Pelo baixo preço pago aos novilhos criados na região das Missões (em Alegrete o preço médio do novilho em 1832 foi de 7\$000 [sete mil réis]), comprar um cativo se tornou bastante caro se comparado a manter um peão assalariado por todo o ano. Esta diferença no poder aquisitivo dos criadores ajuda a explicar o maior número de escravos na região da Campanha comparado a zona das Missões. Além disso, estes dados mostram que na primeira metade dos anos 1830 a pecuária da região das Missões era significativamente menos rentável do que a da Campanha, o preço médio do novilho em Alegrete era mais de duas vezes maior do que o verificado em São Borja.

No inventário de um dos mais eminentes potentados locais da Vila de São Borja Antonio Castanho de Araújo, aberto em 1836, encontramos mais uma relação de despesa. Este grande estancieiro tinha nada menos do que 27 escravos, dos quais 15 homens em idade produtiva, destes 3 eram campeiros: o africano Patrício, de 20 anos, avaliado em 500\$000 (quinhentos mil réis) e os crioulos Faustino, de 19 anos, estimado em 600\$000 (seiscentos mil réis) e Manoel, de 18 anos, apreciado em 500\$000 (quinhentos mil réis). Estes cativos compunham o núcleo de peões estáveis da estância, e eram administrados pelo capataz Luiz Antônio de Mello. Ao longo de todo o ano eles eram responsáveis pelo custeio permanente de mais de 6.500 reses, mais de 1.600 animais cavaleiros, 500 ovelhas e da criação de mulas.

Quadro 2 – Relação de despesas feita com peões com o espólio de Antônio Castanho de Araújo (1836)

Peões	Meses	Salário	Total
Eliseu de Mello	6	8.000	48.000
Mariano	3	6.720	20.160
Julião	3,5	5.000	17.500
Francisco de Quadros	8,5	5.000	42.500
Capataz Luiz Antonio de Mello	30	16.000	480.000
Total		40.720	608.160

Fonte: inventário de Antônio Castanho de Araújo. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1836, processo nº: 06, APERS.

Nesta estância, a julgar por o que a relação de despesa anexada no inventário indica, no ano de 1836 não foram empregados peões livres estáveis. Dos trabalhadores que formavam o núcleo de peões temporários, Eliseu de Mello foi o que recebeu maior salário. Possivelmente, este peão guardava algum laço de parentesco com o capataz. Ao analisar as contas de estâncias, Luís A. Farinatti percebeu que

durante algumas épocas do ano, nos maiores rodeios, precisava-se contar com um número um pouco maior de trabalhadores regulares por mês. Além dos escravos e dos peões que permaneciam por longo período, contratava-se, então um ou mais peões mensais apenas por alguns meses. A necessidade de trabalhadores, nesse período, fazia com que os estancieiros se dispusessem a pagar salários um pouco mais altos. [...] os maiores salários pertenciam aos peões que ficavam por menos tempo. O período médio trabalhado pelos peões que ganhavam 14\$000 [quatorze mil] réis de salário mensal, não chega a quatro meses, enquanto que a média entre os que ganhavam 10\$000 foi de mais de 8 meses. [...]. Por fim, outro aspecto que pode estar envolvido nesse fenômeno, e que não é contraditório com essa explicação, é que, dentre os peões que ficavam apenas alguns meses na estância, estivessem alguns que também fossem domadores, e que se dedicariam a essa tarefa no tempo que ali permanecessem. [...], os domadores costumavam receber um salário alto (FARINATTI, 2010, p. 377-378-379).

Com as duas relações de despesas apresentadas até aqui nada podemos inferir sobre este padrão averiguado por Farinatti. Mas com o exame de mais dois destes documentos do ano de 1844, talvez, possamos testar a validade deste padrão para a região das Missões.

Quadro 3 – Relação de despesas feita com peões com o espólio de Tomás José de Souza e Bernardina Pereira (1844)

Peões	Meses	Salário	Total
Bento José	8	9.000	72.000
Velho Fernando	6	8.000	48.000
Sebastião Índio	6	6.400	38.400
Francisco, filho da china Roza	10	5.000	50.000
cheiru Pedro	12	5.000	60.000
cheiru Francisco	16	5.000	80.000
Total		38.400	348.400

Fonte: inventário de Tomás José de Souza e Bernardina Pereira. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaquí, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo nº: 17, APERS.

Antes de nos concentrarmos no exame do tempo e do salário dos peões cabe-nos realizar duas observações sobre o quadro 18. Em primeiro lugar, esta unidade produtiva era bem mais modesta do que as vistas anteriormente. Nela havia 30 cabeças de gado *vacum*, 136 de cavalar, 30 de muar e mais 2 burros *echores* que mostra que havia criação de mulas. Os produtores tinham três escravos: o africano Paulo de 60 anos, e os crioulos Agostinho de 25 anos e Leandro, roceiro, de 40 anos. Mais uma vez, portanto, se repetia a conjugação de trabalhadores livres com escravos na mesma unidade produtiva. Além disso, confrontando o número de peões livres empregados com a modesta dimensão do rebanho e a importante presença de animais cavalares, muares e asininos, pode-se sugerir que, como já colocamos, a criação de mulas era um processo produtivo complexo e que exigia um considerável número de braços.

Em segundo lugar, outra importante constatação a ser feita é a significativa presença de sujeitos de ascendência guarani entre os peões livres. Dos seis peões relacionados, quatro deles foram indicados como indígenas ou, no mínimo, mestiços. Sebastião Índio, Francisco, *filho da china*¹¹ Roza, e os *cheirus*¹² Pedro e Francisco. Como vimos na citação que abre este

¹¹ Segundo Arsène Isabelle, china significava “mulher mestiça em primeiro ou segundo grau” (p. 160 [nota 3]). Todavia, nos registros de batismos encontram-se muitas referências a chinas batizadas recém-nascidas e filhas

capítulo, no início de 1821, Auguste de Saint-Hilaire relatou a presença de peões guaranis nas estâncias da região das Missões. Consideramos pertinente retomar aquela passagem, na qual o naturalista francês relata que:

[...] os estancieiros desta região que não têm escravos aproveitam a emigração dos índios para ficar com alguns como peões. Os guaranis são, segundo testemunho geral, muito indicados para esse serviço; montam bem a cavalo, gostam imensamente desse exercício e muitos sabem domar cavalos. Sua perfeita docilidade é outra condição que os faz procurados para trabalhar nas estâncias (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 305-306) [grifos nossos].

A forma como Saint-Hilaire descreve os indígenas, legitimando seu relato por meio do que chamou de *testemunho geral*, indica que parte dos guaranis e mestiços estavam inseridos nos estabelecimentos produtivos do Espaço Oriental Missioneiro, fora do sistema produtivo de comunidades, desde as primeiras décadas do Oitocentos. Além disso, tendo por base o relato do viajante, pode-se considerar que a força de trabalho era prestigiada e cobiçada pelos produtores lá estabelecidos. No artigo 34 das instruções ao seu novo capataz, o Conde de Piratini explicava que “o Belizario entrou para o serviço da Estância em 15 de junho deste ano, justo por mim, a 6\$400 [seis mil e quatrocentos réis] por mês, para ser posteiro do lado do *Índio Felipe* no posto velho” (CESAR, 1978, p. 44) [grifos nossos].

A relação de despesa que mostra o emprego de peões com ascendência guarani é uma das evidências que revela que, ainda em meados do século XIX, guaranis e mestiços estavam inseridos na matriz produtiva da região. Em Alegrete, entre 1845 e 1865, os índios ainda eram importantes como peões. Eles perfaziam em torno de 18% dos peões em relação ao total de testemunhas e réus de processos criminais (FARINATTI, 2010, p. 401; 403). No entanto, esse percentual era bem inferior dos aproximadamente 54% que eles representavam no período colonial em todo o Rio Grande de São Pedro (OSÓRIO, 2006).

A partir de agora precisamos voltar a focar na análise do período de permanência dos peões e a variação nos valores dos salários. Através do quadro 3, podemos perceber que os peões que permaneceram trabalhando por mais tempo, Francisco, *filho da china Roza*, 10

legítimas de casais guaranis. Portanto, cremos que a definição de Isabelle não define com exatidão a abrangência do termo.

¹² Conforme Barbosa Lessa, “do ajuntamento de brancos com as índias vão nascendo piás (*che piá*, meu coração), que ao crescerem serão chinas ou chirus (*che iru*, meu amigo)” (1984, p. 22) [grifos do autor]. No mesmo sentido, José Lindomar Albuquerque coloca que, “[...] ‘cheiru’ [...] significa ‘meu amigo’, ‘meu companheiro’ [...]” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 148) [grifos do autor]. Antonio Pamies coloca que, “*che irunguéra* (*yo amigos) «mis amigos»” (CABALLOS, 2001 apud PAMIES, 2004, p. 94) [grifos do autor]. Somos gratos também ao Profº. Eduardo S. Neumann que gentilmente nos prestou esclarecimentos sobre o significado desta palavra.

meses e os *cheirus* Pedro e Francisco, 12 e 16 meses, respectivamente, foram os que receberam os menores salários, 5\$000 (cinco mil réis) cada um. Enquanto isso, os outros três peões que ficaram entre 6 e 8 meses, tiveram melhores salários que variaram de 6\$400 (seis mil e quatrocentos réis) e 9\$000 (nove mil réis). Neste caso, o padrão averiguado por Farinatti se reproduziu. Mas acreditamos que temos mais um documento que pode ajudar a elucidar ainda mais esta dinâmica do mercado salarial dos peões eventuais.

No mesmo ano de 1844, no inventário de José Francisco Pinheiro, encontramos a única relação de despesa em que se pode apreender uma noção diacrônica de cerca de 5 anos de emprego de peões. Este proprietário possuía mais 1.600 reses, 498 animais cavalares, 1.533 ovelhas, 44 mulas e 4 burros *echores*. Entre seus 8 escravos, 4 estavam em idade produtiva, e dentre estes, o africano Bernardo de 30 anos foi descrito como “bom para o serviço de roça”, e outro africano, João, também de 30 anos, foi discriminado como “mal campeiro”. Este último era o único escravo campeiro que constava no processo.

Quadro 4 – Relação de despesas feita na Fazenda de São José com peões para marcações e capação (1839 a 1844)

Peões	Ano *	Dias	Salário	Total
4 peões	1839	5 dias	4.000	80.000
3 peões	1840	6 dias	4.000	72.000
4 peões	1841	6 dias	4.000	96.000
4 peões	1842	5 dias	4.000	80.000
3 peões	1843	5 dias	4.000	60.000
Cardozo	1844	5 dias	4.000	20.000
3 peões		5 dias	4.000	60.000
Um negro do Gama		5 dias	4.000	20.000
Total de 1844				100.000
* Consta que para os anos entre 1839 e 1843 as despesas se referem apenas aos trabalhos de marcações. Para o ano de 1844 os salários pagos a cada peão foi devido aos “trabalhos de capação e marcação”.				

Fonte: inventário de José Francisco Pinheiro. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo nº: 16, APERS.

Mesmo que no inventário constasse só um escravo peão, o qual ainda foi desqualificado com “mal campeiro”, as despesas com peões mostram que na Fazenda de São José não se costumava contratar peões estáveis, nem mesmo por alguns meses. Todas as referências a permanências de peões livres foram feitas em dias. No entanto, não há dúvidas que, a contar pelas dimensões dos rebanhos inventariados, outros escravos participavam da

faina pastoril e/ou existiam outros peões livres que não ficaram registrados em contas ou relações de despesas. No ano de 1844, foram contratados 8 peões cada um por 5 dias para as tarefas de castração e marcação do gado.

Confrontando os quadros 3 e 4, nota-se que os valores pagos por dia aos peões na Fazenda São José, 5\$000 (cinco mil réis), era apenas 1\$000 (um mil réis) inferior ao que os peões estáveis, apresentados no quadro 3, recebiam por mês. Ademais, somando os salários de todos os dias trabalhados pela maioria dos peões, nenhum deles ganhou menos de 20\$000 (vinte mil réis), mais que o dobro do que Bento José, o peão com o maior salário no quadro 3. O mesmo ocorria em meados da década de 1850 na estância do finado Romualdo José Pinto.¹³ Na conta corrente da administração dos órfãos Amâncio e João, feita pelo tutor destes, Mariano José Pinto, consta que os “dois peões eram empregados no costeio do gado” recebendo 12\$000 (doze mil réis) mensais. No entanto, havia “dois peões empregados 5 dias na marcação de quatro anos a razão de 2\$000 [dois mil réis] cada peão [por] vinte dias”. Assim, no fim dos 5 dias de marcação, cada um destes dois peões recebiam 10\$000 (dez mil réis), pouco menos do salário mensal dos dois trabalhadores estáveis. A interpretação em conjunto das informações contidas nos quadros 3, 4 e nesta última conta revelam a reiteração do padrão averiguado por Farinatti através dos registros contábeis de estâncias de Alegrete.

II

Parece, portanto, não restar dúvidas que os peões livres buscavam se aproveitar dos momentos em que os estancieiros necessitavam com maior urgência de seus serviços para se beneficiarem dos altos salários que estes se dispunham a pagar. De acordo com Farinatti,

[...] a desvantagem ficaria por conta da instabilidade desses trabalhos. Para muitos desses peões de poucos meses [e/ou dias] isso, porém, não parece ter sido um problema. A maioria deles estava inserida nas unidades familiares que desempenhavam a produção autônoma. O trabalho estacional como peão era, apenas uma forma de diversificação de atividades, usada estrategicamente por eles ([2007] 2010a, p. 383).

De fato, muitos destes peões que se assalariavam eventualmente eram pequenos produtores que se utilizavam da força de trabalho familiar para organizar suas modestas

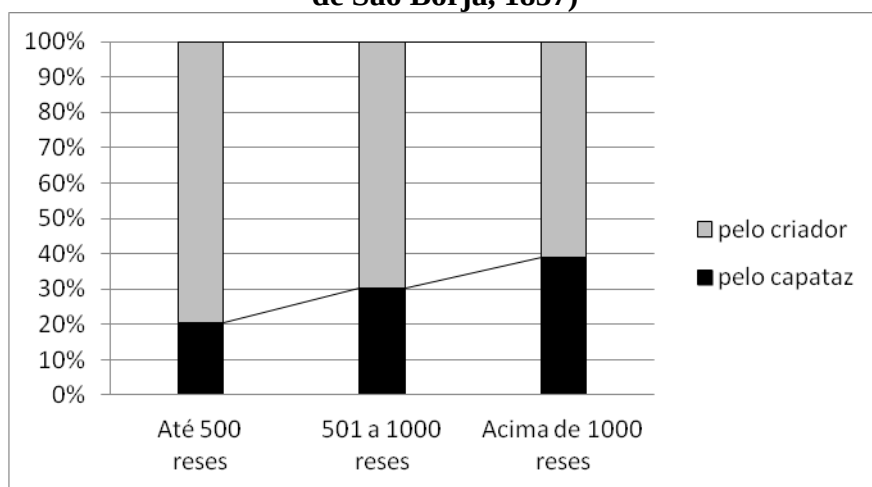
¹³ Neste estabelecimento também combinavam o trabalho escravo com o livre. Foram arrolados em inventário o crioulo José e a escrava Gertrudes. O rebanho era composto por quase 3.800 reses, 101 animais cavалares, 40 ovelhas e também se criavam mulas. Inventário de Romualdo José Pinto. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1856, processo nº: 109, APERS.

produções. Retomando as informações da figura 1 que se referem aos dados da *Relação de 1857*, a primeira vista, parece que o recurso exclusivo ao trabalho familiar no pastoreio parece não ter sido muito importante em nenhuma das faixas de produtores. Porém, se considerarmos que entre os criadores de pequenos rebanhos o trabalho individual na pecuária compunha parte de uma estratégia de produção familiar, nota-se que a mão-de-obra familiar foi o modo de trabalho mais comum no pastoreio entre os modestos pecuaristas. Nesta faixa de criadores, 43% deles contavam apenas com seu próprio serviço, 15% aproveitavam os filhos para as tarefas de pastoreio, 16% empregava peões livres e outros 15% possuíam escravos campeiros.

O trabalho familiar nas lidas campeiras tendeu a diminuir sua frequência entre os criadores conforme aumentava a envergadura econômica destes. De uma forma ainda mais contundente, o número daqueles produtores que contavam exclusivamente com seu próprio trabalho decresce vertiginosamente no primeiro intervalo, o qual marca a passagem de pequeno para médio criador. De forma objetiva, analisando em conjunto as quatro curvas, podemos colocar que conforme aumentava a envergadura econômica do criador havia a tendência deste se utilizar cada vez menos do trabalho familiar no pastoreio. Bem como, era cada vez menos frequente contar única e exclusivamente com seu próprio trabalho.

Os dados referentes ao emprego de capataz na administração das unidades produtivas corroboram as tendências de queda apresentadas pelas curvas “3” e “4” da figura 1. Isto é, averiguou-se que quanto mais abastado era o criador, com maior frequência a administração da criação era delegada a um capataz. A figura 2 nos mostra os dados sobre a quem competia à administração da faina pastoril se acordo com a envergadura do criador.

Figura 2 – Administração da faina pastoril de acordo com envergadura do criador (Vila de São Borja, 1857)



Fonte: *Relação de 1857*. Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS.

Como já mencionamos, os dados mostram que houve uma tendência de crescimento do percentual de unidades pastoris que contaram com a presença do capataz conforme vai aumentando o tamanho dos rebanhos. Porém, a presença do próprio criador como administrador direto das atividades pecuárias foi bastante superior em todas as faixas de grandeza dos rebanhos. As mulheres, em geral, quando eram proprietárias de rebanhos, costumavam a confiar a administração destes a capatazes.¹⁴ No inventário do Tenente Jacinto José de Oliveira, aberto em 1844, a viúva inventariante Dona Clara de Jesus declarou que devia a Generoso José de Almeida

[...] doze meses e meio de salários contados de quinze de novembro de 1843 até último de setembro de 1844, por ela inventariante ter ajustado ao mesmo Generoso, para seu Capataz, coisa [ilegível] indispensável, e justo a trinta e dois mil réis por mês que tudo a somaria a quantia de quatrocentos mil réis, porém que nesta conta tem para abater dez reses que ao mesmo Capataz já entregou para seu pagamento a preço de quatro mil réis, que fica líquido o que se deve ao dito Capataz a quantia de trezentos e sessenta mil réis.¹⁵

Na faixa dos *médios pecuaristas*, a qual conta com 66 criadores, 20 deles (30%) contrataram o serviço de um capataz. Como era de se esperar, foram os *grandes criadores* os que com maior frequência abriram mão da administração direta das lidas campeiras ao contratar um capataz – 18 (39%) entre 46. Mesmo assim, 28 (61%) grandes pecuaristas ainda mantiveram-se no controle da faina pastoril. Já entre os 343 *pequenos criadores*, 70 deles (20%) recorreram ao trabalho de um capataz, esses números mostram que parcela nada desprezível de pequenos pecuaristas conseguiam acessar aos serviços de um capataz. Por outro lado, indica também que da mesma forma que se formou uma elite entre os pequenos criadores que possuíam escravos campeiros, também se constituiu uma elite de modestos criadores que contrataram capatazes.

No entanto, como já argumentamos, as informações da *Relação de 1857* dizem respeito apenas ao trabalho de criação. A ausência de cativos nas lidas pastoris não significa que estes produtores não possuíam escravos em outras atividades produtivas, ou para todo o

¹⁴ Dos 455 criadores que consideramos em nosso exame, 42 eram mulheres. Destas, 36 delegaram a administração do pastoreio a capatazes. **Fonte:** *Relação de 1857*. Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS.

¹⁵ Inventário de Jacinto José de Oliveira. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaquí, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1834, processo nº: 15, APERS.

serviço. Entendemos que a racionalidade econômico-produtiva dos pequenos produtores era distinta daquela dos grandes. A utilização de trabalhadores externos ao grupo familiar passava por complexas estratégias que levavam em conta o ciclo de vida da família, e que visavam, antes de tudo, a reprodução biológica do grupo. Em trabalho clássico, Hebe Mattos analisa os lavradores pobres de Capivary, uma zona cafeeira localizada na baixada fluminense, na segunda metade do Oitocentos. Examinando os níveis de acumulação e a produção desta camada social, a autora coloca que estes produtores

[...] organizavam a produção tendo em vista basicamente a reprodução social de suas existências, lavradores cujos pequenos excedentes produzidos destinavam-se a adquirir no mercado local os produtos que eram incapazes de produzir domesticamente, que não buscavam ou conseguiam produzir lucros capazes de ser reinvestidos na ampliação de seus estabelecimentos agrícolas ou numa diversificação de investimentos. Esses lavradores pobres encontravam-se alheios, portanto, a qualquer dinâmica regida pela lógica de reprodução do capital comercial socialmente preponderante, sendo parcamente afetados pelas possíveis limitações e flutuações de demanda nos mercados regionais. Ao mesmo tempo não deixavam de concentrar suas culturas nos produtos de aceitação comercial naqueles mercados, de modo a garantir aquela parte de sua subsistência que não eram capazes de produzir (2009, p. 68).

A interlocução com os argumentos de Hebe Mattos é bastante pertinente. Levando em consideração os dados levantados para os pequenos produtores da Vila de São Borja, embora concordemos que a organização produtiva da pequena produção visava basicamente à reprodução social de suas existências, acreditamos que ela não estava predominantemente alheia as dinâmicas dos circuitos comerciais que os grandes produtores da região das Missões se vinculavam. Nesse sentido, a produção de artigos de aceitação nos circuitos comerciais que passavam pela zona das Missões não tinha por único objetivo garantir parte da subsistência que não eram capazes de produzir. Na grande maioria dos casos, a subsistência das famílias de pequena produção passava pela integração a, ao menos, um circuito comercial.

Talvez, isso se deva em grande parte a uma diferença fundamental entre as duas regiões. Enquanto que a região de Capivary se caracterizava pela produção voltada diretamente ao mercado externo, a zona das Missões compunha a retaguarda da economia subsidiária do mercado interno do Brasil Imperial. Sendo assim, talvez, tenha sido mais fácil a um pequeno produtor da Vila de São Borja se integrar a fluxos comerciais menores e dinâmicos como, por exemplo, ao circuito sorocabano de mulas ou o comércio com o Prata, do que um lavrador pobre de Capivary se vincular ao vultoso circuito de exportação do café. Portanto, restaria aos lavradores pobres do sudeste quase que somente a produção de subsistência, enquanto que aos modestos produtores de regiões de economia subsidiária, para

além da produção de subsistência, haveria a possibilidade de se ligar a circuitos comerciais internos bem menores do que a grande exportação, mas, mesmo assim bastante dinâmicos.

Assim, cremos que subsistência e vinculação a fluxos comerciais compunham parte de uma mesma dinâmica produtiva. Obviamente que existiram sujeitos e/ou famílias que desenvolveram somente a produção de subsistência, mas a julgar pelos dados oriundos dos inventários *post mortem* isto foi residual na região em foco. Seleccionamos 29 inventários de modestos produtores – proprietários ou não de reses – entre os que detinham reses, nenhum possuía mais do que 100.

Quadro 5 – Presença dos diferentes tipos de atividades produtivas nos inventários *post-mortem* de produtores sem reses e com até 100 reses (Vila de São Borja, 1828 – 1858)

Nº de atividades	Tipo de atividade produtiva	Nº de inventários	%
1	Agricultura	5	31%
	Pecuária bovina	4	
2	Pecuária bovina e agricultura	4	34%
	Pecuária bovina e muar	5	
	Pecuária bovina e ovina	1	
3	Pecuária bovina, muar e ovina	2	21%
	Pecuária bovina, muar e agricultura	3	
	Pecuária muar, ovina e agricultura	1	
4	Todas as atividades	4	14%
		29	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Três pontos merecem destaque entre o universo de modestos produtores que compõem o quadro 5. Primeiro, apenas 04 dos 29 pequenos produtores não eram proprietários de suas terras, isto indica que a maior parte deles gozava de autonomia produtiva e maior controle sobre sua produção, já que, poucos destes produtores eram agregados ou arranchados nas terras de outrem. Segundo, 19 produtores foram senhores de escravos. Entre os 05 que se dedicavam somente a agricultura, 04 eram donos de escravos. Por fim, dos 29 pequenos produtores, apenas 5 se dedicavam somente a agricultura, todos os demais desenvolviam a pecuária bovina ou a muar, atividades que pressupõem a ligação deles com o complexo porto-charqueador e/ou com a Feira de Sorocaba. Além disso, dos cinco agricultores, um deles, Silberto Teixeira da Luz, possuía uma atafona, fato que aponta para comercialização de farinha. Desse modo, considerando que se os quatro agricultores restantes não se integrassem

ao comércio regional de excedentes agrícolas, fato pouco provável, tem-se que apenas 14% dos pequenos produtores não se vinculavam a um circuito comercial.

Hebe Mattos (2001) verificou que não era incomum que lavradores pobres do sudeste escravista fossem senhores de poucos escravos. Contudo, ressaltou que eram raros aqueles que conseguiam criar condições para repor regularmente a força de trabalho cativa. Para a autora, a aquisição de escravos por estes modestos produtores obedecia ao ciclo do trabalho familiar. Tinha-se por objetivo manter a produção em volumes seguros, garantindo o trabalho estável quando os filhos ainda não estavam envolvidos nas atividades produtivas e/ou na velhice, quando os filhos tendiam a se dispersar da unidade familiar de produção. Para a principal região de pastoreio sul rio-grandense, Luís Augusto Farinatti (2010, p. 433) defendeu que a posse cativa por modestos produtores obedecia a este ciclo familiar, mas ainda se mostrava mais funcional porque abria a possibilidade para que o produtor e/ou seus filhos se empregassem como peão temporários, ou ainda alugassem o próprio cativo, garantindo um ganho complementar para o estabelecimento de produção familiar.

De fato, o número de pequenos produtores escravistas na região das Missões deixa claro que poucos destes passaram pelo que Mattos (2001), baseada no trabalho de Alexander Chayanov (1974), chamou de experiência camponesa, isto é, famílias camponesas com posse de terra, que produziam quase que exclusivamente com o trabalho familiar, portadoras de uma racionalidade econômica específica orientada para a subsistência, e que agem no sentido de equilibrar, ao longo do ciclo de vida familiar, a força de trabalho com o consumo. Em nossa compreensão, o acesso à terra, ao trabalho cativo de expressiva parte da população e o desenvolvimento de diversas atividades produtivas num mesmo estabelecimento (com produção de artigos de aceitação nos circuitos comerciais que passavam pela região) indicam que, embora a organização produtiva da pequena produção visasse basicamente à reprodução social de suas existências, ela não estava predominantemente alheia as dinâmicas dos circuitos comerciais que os grandes produtores da região das Missões se vinculavam. Nesse sentido, a subsistência das famílias de pequena produção passava pela produção de artigos de aceitação nos circuitos comerciais que cruzavam pela zona das Missões, ou seja, a subsistência de significativa parte dos produtores pobres era garantida pela integração a, ao menos, um circuito comercial. Assim, entendemos que mesmo que a vinculação com os circuitos comerciais não garantisse a *ampliação de seus estabelecimentos agrícolas ou a diversificação de investimentos*, ela seria uma etapa do processo de subsistência destes sujeitos e/ou famílias. Sem esta integração aos circuitos comerciais, provavelmente, as

possibilidades de *reprodução social de suas existências* seriam críticas, como, talvez, fossem para aqueles quatro produtores. Isto não significa dizer que não existiram sujeitos e/ou famílias que desenvolveram somente a produção de subsistência, porém entendemos que estas tenham sido experiências residuais.

Considerações finais

A análise de algumas relações de despesas feitas com salários de peões nos comprovou o padrão descoberto por Farinatti (2010), qual seja, de que os peões que ficavam por tempos curtos nas estâncias recebiam maiores vencimentos, haja vista que, estavam atendendo a uma demanda urgente de trabalho, e isso fazia com que os estancieiros se dispusessem a pagar maiores salários a estes peões. Com efeito, grande parte destes peões eventuais de poucos dias ou meses não se empregava de forma permanente porque não eram sujeitos desprovidos de meios de produção. Na maior parte das vezes, eles estavam inseridos em pequenas unidades de produção de caráter familiar, e aproveitavam os ciclos pastoris em que os estancieiros necessitavam com maior urgência de seus serviços para se beneficiarem dos altos salários.

No que se refere à produção com caráter familiar, pudemos notar que na região das Missões o número de pequenos produtores escravistas deixa evidente que poucos destes se encaixavam no clássico conceito de camponês de Alexander Chayanov (1974), ou no que Hebe Mattos (2001), baseado neste autor, chamou de *experiência camponesa*, ou seja, grupos familiares que produziam quase que exclusivamente com seu trabalho, orientados para a subsistência, procurando equilibrar no decorrer do ciclo de vida a força de trabalho e consumo. Apesar da organização produtiva de pequena escala visar basicamente à reprodução social das existências do grupo, ela não esteve predominantemente à margem das dinâmicas dos circuitos comerciais.

Deste modo, a produção de artigos de aceitação nestes circuitos não tinha por único objetivo assegurar parcela da subsistência que não se produzia. Na verdade, em boa parte dos casos, a subsistência das famílias de modesta produção passava pela integração a, ao menos, um circuito comercial. Portanto, cremos que subsistência e vinculação a fluxos comerciais compunham parte de uma mesma dinâmica produtiva. Embora a vinculação com os circuitos comerciais não viesse a garantir a ampliação de seus estabelecimentos agrícolas ou a diversificação de investimentos, ela seria uma etapa do processo de subsistência destas

famílias. Sem esta integração, provavelmente, as possibilidades de reprodução social de suas existências seriam críticas. Além disso, se pode considerar que a modesta produção de caráter familiar na região das Missões não se caracterizou pela subsistência em sentido estrito, mas por uma subsistência que dependia da diversificação produtiva e da ligação com fluxos comerciais mais dinâmicos que conectavam a região das Missões ao complexo produtivo escravista do Brasil imperial.

Referências

- ALBUQUERQUE, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamentos e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, n. 31, p. 137–166, 2009.
- CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Caxias do Sul: UCS-EST, 1978.
- CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo agrario pampeano: la agricultura pampeana en la primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008.
- _____. *Historia del capitalismo agrario pampeano: la expansión ganadera hasta 1895*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2003.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil*. Santa Maria (RS): Editora da UFSM, 2010.
- _____. “Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX)”. *História – Unisinos*, v. 8, p. 253–276, 2003.
- FOLETTTO, Arlene. *Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos em Cima da Serra: a paisagem agrária da paróquia de São Patrício de Itaquí (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado, PPGH/UFRGS, Porto Alegre (RS), 2003.
- FRADKIN, Raúl; GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial: el Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.
- GELMAN, J. *Campesinos y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

LESSA, Barbosa. *Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo: como surgiu o Rio Grande*. Porto Alegre (RS): AGE, 1984.

MATTOS, Hebe M. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Braziliense, 2009.

_____. Campesinato e Escravidão. In: SILVA, Francisco C. T. da.; ET AL. (Orgs.). *Escritos sobre História e Educação: homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

MORAES, Maria Inés. *Las economías agrarias del litoral rioplatense en la segunda mitad del siglo XVIII: paisajes y desempeño*. Univesidad Complutense de Madrid, Madri, 2012.

OSÓRIO, Helen. *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2007.

_____. Trabalhadores da Pecuária: peões e gaudérios na fronteira do Império português. *Anais do XX Jornadas de Historia Económica*, p. 1–24, 2006.

PAMIES, Antonio. La posesión en las lenguas americanas. *UniverSOS: Revista de Lenguas Indígenas y Universos Culturales*, n. 1, p. 81–100, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre (RS): Martins Livreiro-Editor, 2002.

SANTILI, Daniel; GELMAN, Jorge. Movilidad social y desigualdad en el Buenos Aires del siglo XIX: El acceso a la propiedad de la tierra entre el rosismo y el orden liberal. *Hispanic American Research Review*, v. 93, n. 4, p. 659–684, 2013.

SCHMIT, Roberto. *Historia del capitalismo agrario pampeano: Tomo 5: Los límites del progreso: expansión rural en los orígenes del capitalismo rioplatense*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*. Passo Fundo (RS): Editora da UPF, 2002.